



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

RICARDO RETIDO

O Executivo retirou de votação, na última hora, o projeto que regulamenta a Lei Cidade Limpa, e a leitura nos bastidores é direta: o governo preferiu recuar antes de receber um recado atravessado da própria base. Com a temperatura já elevada por causa do PLC do Marista, havia o risco de algum vereador usar a justificativa de voto para cobrar do governo a condução ruim do caso — especialmente pela bagunça política atribuída à Casa Civil — e transformar a votação em mais um desgaste público. Nos corredores da Câmara, a avaliação é de que um vereador do PSD faria um “papo reto”.

LEITURAS

A leitura dentro da Casa Civil é cada vez mais forte: o Projeto Marista deve acabar seguindo pelo caminho do pedido de urgência, e isso só não ocorreu ainda porque há votos indecisos no meio do caminho. O temor dos governistas é claro: primeiro, verificar se a urgência passa; depois, saber se esses mesmos votos se sustentam até a sessão seguinte. Alessandro Maraca (MDB), o vice articulador da negociação, recorreu a um pedido de “força” ao prefeito, que ficou de se reunir com vereadores no fim desta semana.

PERDE OU GANHA

Ganha força, dentro da ala mais conservadora do governo, a avaliação de que o PL do Marista já está desgastado demais. Com isso, começa a surgir a defesa de uma alternativa: leiloar o terreno e deixar o dinheiro em caixa. A aposta é política e pragmática ao mesmo tempo — garantir recursos para obras com a marca de Ricardo Silva, encerrar uma polêmica que certamente voltaria em 2028 para atormentar o prefeito e ainda evitar ruídos desnecessários na aprovação das contas. “Se o Marista precisa tanto desse terreno, que arremate em um leilão”, resumiu um governista.

EPA!!!!

O recuo passou a ser considerado após integrantes do Executivo tomarem conhecimento de que o NOVO monitora o andamento atabalhoado da Casa Civil, já mirando as eleições de 2026 e 2028. O PT, por sua vez, além de acompanhar a situação, atua ativamente contra o Projeto de Lei do Executivo. Encaminhamentos à parte, é o prefeito quem pode acabar enfrentando o assunto em debates futuros e surgindo como principal responsável perante o TCE, ainda que não tenha colocado diretamente as mãos no PLC.

MULHER DE MALANDRO?

Maraca só apanhou na questão do Marista. Viu o governo não aparecer para dividir o desgaste e ainda assistiu ao jurídico e à Procuradoria Municipal optarem pelo silêncio durante a audiência pública. Em meio a todo o turbilhão, acompanhou a posse da nova presidência do CONPPAC jurando que não atuou no processo. Agora, Maraca quer maior protagonismo do MDB na presidência da Casa de Leis e na Mesa Diretora. Depois de apanhar em público e ficar sem escudo, quer ao menos transformar o isolamento em espaço de poder.

CUPIM ENQUADRADO

Maurício Vila Abranches (PSDB) escapou da cassação na Câmara, mas a paz durou pouco: agora o Ministério Público abriu inquérito, já com capa, número e objeto definidos, para lembrar que, na política, nem sempre sair pela porta da frente significa escapar do MP. Enquanto respirava aliviado, a Câmara recebia pedidos de informações sobre o sinistro e prêmio da franquia de seguro, além dos pagamentos, no caso envolvendo um de seus acidentes, causador de danos de grande monta ao veículo oficial pagos, supostamente, no cartão de crédito de um assessor.

TERCEIRIZAÇÃO DO DEBOCHE

A Fundação Santa Lydia e a Secretaria da Saúde fizeram cara de paisagem diante dos questionamentos do Jornal Ribeirão sobre a terceirização das UBSs e os números da Fundação. Em vez de esclarecer, preferiram despistar, sem responder objetivamente sobre a terceirização das unidades. Dias depois, Maurício Godinho, em sua página pessoal, negou qualquer intenção de terceirizar. A negativa, porém, veio apenas após sucessivas cobranças da imprensa e manifestações do sindicato — o tipo de resposta que costuma aparecer quando a transparência chega atrasada e a desconfiança já chegou antes.

ADMINISTRAÇÃO

SAÚDE EM DEBATE

Rombo milionário e dependência da prefeitura ameaçam Santa Lydia

Com rombo de R\$ 10,3 milhões no Balanço, fundação pretendia fazer ‘piloto’ de terceirização na UBS Santa Cruz; Justiça suspende iniciativa

ÂNGELO LOPES

A Fundação Hospital Santa Lydia (FHSL) encerrou 2025 com déficit financeiro, patrimônio líquido negativo e uma série de fragilidades contábeis apontadas por auditoria independente contratada pela própria instituição. O cenário expõe a forte dependência da entidade em relação aos repasses da Prefeitura.

Os números revelam uma instituição que movimenta cifras milionárias, porém sem sustentabilidade patrimonial compatível com o tamanho da operação que administra. Em 31 de dezembro de 2025, de acordo com balanço patrimonial publicado no Diário Oficial, a Fundação registrava receita operacional de R\$ 225,8 milhões, mas fechou o exercício com déficit de R\$ 758,5 mil, patrimônio líquido negativo de R\$ 10,3 milhões e passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 6,9 milhões.

Na prática, os dados demonstram pressão sobre a liquidez de curto prazo e uma estrutura financeira ainda altamente dependente do suporte público para continuar operando. A Fundação teve receita líquida de serviços de saúde de R\$ 214,4 milhões, majoritariamente oriunda do SUS. Sem os contratos de gestão firmados com a Prefeitura, porém, a situação financeira da entidade se tornaria insustentável.

O peso dos recursos públicos aparece também nas demonstrações patrimoniais, especialmente na movimentação ligada a contratos de gestão e convênios com o município, que somavam R\$ 19 milhões a realizar ao fim do exercício. O quadro mostra uma entidade de grande escala operacional, mas sustentada pelo fluxo contínuo de repasses públicos.

Por outro lado, os contratos relacionados à gestão das UPAs são considerados superavitários. Na prática, isso significa que a Prefeitura não apenas remunera a Fundação pela administração das unidades, mas também absorve parte do desequilíbrio operacional da instituição.



UBS Hélio Lourenço, no Santa Cruz: parceria piloto com Santa Lydia

AUDITORIA

O cenário se agrava quando analisados os relatórios dos auditores independentes. O parecer apontou uma série de problemas, como a falta de estudos técnicos. A auditoria também identificou falhas na segregação entre custos e despesas, comprometendo a leitura precisa do resultado operacional e reduzindo a transparência das demonstrações financeiras.

Os alertas, inclusive, não são inéditos. Apontamentos semelhantes vêm sendo registrados por auditorias independentes desde 2020.

OUTRO LADO O SANTA LYDIA AFIRMOU QUE A AMPLIAÇÃO DE ATUAÇÃO DECORRE DE AVALIAÇÃO TÉCNICA DA SECRETARIA DA SAÚDE

e que a gestão assumiu a Fundação em cenário de déficit acumulado e vem promovendo medidas de reorganização administrativa.

A nota afirma que eventuais novas unidades somente seriam incorporadas mediante contratos específicos. Reiterou, ainda, compromisso com a transparência, boa gestão dos recursos públicos e a qualidade da assistência prestada à população. Apesar disso, a entidade não respondeu objetivamente sobre eventual ampliação da terceirização da rede básica municipal.

Gestão das UPAs ‘salvam a lavoura’ da fundação

As receitas obtidas com a gestão das UPAs ajudaram decisivamente a reduzir o impacto do prejuízo registrado em 2025. A ampliação da atuação da FHSL na gestão das UBSs é defendida pela Prefeitura como uma forma de reorganizar a rede municipal de saúde (veja mais na página 3).

Enquanto isso, a Justiça suspendeu a transferência da UBS Santa Cruz para a FHSL. A decisão também obrigou a Prefeitura a apresentar estudo técnico sobre a necessidade da mudança, incluindo impacto sobre os servidores, realização de concurso para preenchimento de vagas e efeitos da transferência sobre o IPM. As informações foram juntadas ao processo e o caso aguarda decisão judicial.

A Secretaria da Saúde sustenta que o novo modelo busca ampliar o acesso e a resolutividade da atenção básica. O secretário Maurício Godinho, entretanto, nega que pretenda transferir todas as unidades básicas à gestão da Fundação Santa Lydia, embora tenha afirmado que pretende utilizar a Fundação para ampliar a rede.